



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2009 (do Sr. Duarte Nogueira)

Requer a convocação do Sr. Jorge Haje Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre investigações referentes aos contratos assinados entre a empresa Dialog Comunicação e Eventos Ltda. e órgãos do Governo Federal

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Jorge Haje Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre investigações referentes aos contratos assinados entre a empresa Dialog Comunicação e Eventos Ltda. e órgãos do Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo notícias publicadas na imprensa nacional nos últimos dias, o Tribunal de Contas da União - TCU e a Controladoria Geral da União – CGU estão investigando os contratos entre a Dialog Comunicação e Eventos LTDA e o governo federal. Criada em 2004, a empresa faturou R\$ 40 milhões em dois anos. A Dialog organizou, em fevereiro, o polêmico encontro de prefeitos que promoveu a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, preferida do presidente Lula para sucedê-lo em 2010. O custo do evento foi de R\$ 1,2 milhão.

O jornal o Estado de São Paulo, em sua edição de 7 de junho de 2009 publicou notícia sob o título “**Empresa entra na Esplanada com preços irrisórios e fatura R\$ 40 mil**”. Diz a notícia:

“Contratos da Dialog, que misturam valores inexequíveis e de mercado, estão na mira de órgãos de controle

O Estado de São Paulo - Leandro Colon

O segredo de uma das mais poderosas empresas do ramo de eventos do governo federal começa a ser desvendado: preços irrisórios, misturados a valores de mercado para vencer licitação - prática considerada ilícita por órgãos de fiscalização - em um ministério e, assim, ter acesso a praticamente toda a Esplanada. Somam-se a isso diretores com bagagem e influência na administração pública. Criada em 2004, a Dialog Comunicação e Eventos Ltda faturou R\$ 40 milhões em menos de dois anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

A Dialog ganhou fama após receber R\$ 1,2 milhão para preparar, em fevereiro, o polêmico encontro de prefeitos que promoveu a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, preferida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sucedê-lo em 2010. Esse evento foi apenas uma pequena fatia do bolo. Desde agosto de 2007, a Dialog assumiu a organização de grandes promoções do governo federal, como os lançamentos de programas de crédito da agricultura familiar, do canal digital em São Paulo pela TV Brasil, a realização do seminário da Copa do Mundo de 2014, no Rio de Janeiro, e o aniversário de quatro anos do Ministério de Desenvolvimento Social. Algumas cerimônias contaram, inclusive, com a participação do presidente Lula.

Esse crescimento despertou a atenção do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), que estão investigando os contratos da empresa.

O COMEÇO

A porta de entrada para a Dialog foi uma concorrência vencida em agosto de 2007 no Ministério das Cidades para oferecer 239 itens relacionados à organização de eventos. O Estado teve acesso a esse contrato, prorrogado até agosto deste ano, por um valor de R\$ 9 milhões anuais. Para vencer os adversários, a Dialog ofertou 105 itens com preços impraticáveis no mercado. A diária de oito horas do coordenador-geral foi oferecida a R\$ 4,85, ou R\$ 0,60 a hora. Mesmo valor para locutor, ceremonialista (responsável por toda a execução do evento), copeira, e outros serviços, como videoconferência, aluguel de veículos e auditório para três mil pessoas. A diária foi ainda menor para técnicos de luz e de computação: R\$ 2,43.

Um detalhe, porém, chamou a atenção nas últimas semanas: no dia 26 de maio passado, a empresa apresentou valores de mercado, até mil vezes maiores, ao vencer uma licitação na Secretaria de Pesca semelhante à de 2007, no Ministério das Cidades. A reportagem obteve essa proposta da própria Dialog. A cotação de um coordenador-geral passou de R\$ 4,85 para R\$ 181,72, e o preço de um auditório atingiu R\$ 3,7 mil, ante também R\$ 4,85 no contrato de dois anos atrás. "A realidade do ramo de eventos mudou", alega Gabrielle Bennet, sócia da empresa.

LEGISLAÇÃO

Com a tática dos preços simbólicos, a Dialog apresentou a menor proposta global entre os concorrentes na pasta de Cidades: R\$ 24 mil por dia de trabalho, 95% menos que os R\$ 554 mil estimados pelo ministério.

Em troca das cifras irreais, a empresa entrou na administração pública para receber também pelos serviços com valores de mercado para recepcionista, intérprete, garçom, tradutores, filmagem, segurança, entre outros. A prática de misturar preços fora da realidade com valores verossímeis é considerada ilícita por TCU e CGU. O artigo 48 da Lei de Licitações (8.666/93) determina a desclassificação de quem propuser preços fictícios, chamados de "inexequíveis", sem condições de execução.

Mas não foi o que aconteceu. Esse foi apenas o primeiro passo da Dialog no governo Lula. O milagre da multiplicação dos contratos deu-se por um mecanismo legal chamado "registro de ata de preços": a planilha de custos de uma empresa vencedora de concorrência fica à disposição de outros órgãos para contratá-la sem licitação. Entra aí a experiência de uma boa articulação.

Dois dos três sócios da empresa têm bagagem no setor público. Gabrielle Bennet trabalhou por quatro anos no Ministério da Saúde e Benedito de Oliveira é ex-diretor e filho do dono da Gráfica e Editora Brasil, que faturou R\$ 90 milhões do governo federal desde 2006. Em muitos casos, onde a gráfica está, a Dialog chegou logo depois.

De agosto de 2007 para cá, seis ministérios, duas agências reguladoras, três secretarias especiais, três institutos, TV Brasil e a Advocacia-Geral da União optaram pelo caminho mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

fácil: dispensaram a licitação para aderir a preços disponibilizados pela Dialog, principalmente os valores mais elevados. O resultado é um faturamento de R\$ 40 milhões para a empresa.

CRITÉRIO

A reportagem procurou os órgãos públicos que aderiram aos preços oferecidos à pasta de Cidade. Responderam os ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e do Turismo, além da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a TV Brasil e as secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres. O argumento básico para a contratação da empresa foi o mesmo: permissão legal para optar pelos preços da Dialog. **Todos os órgãos afirmaram desconhecer os indícios de preços inexequíveis**.

Em entrevista ao Estado na última sexta-feira, Gabrielle Bennet, sócia da Dialog, admitiu que os preços apresentados na licitação em 2007 são simbólicos. Ela argumentou que adotou uma "estratégia comercial" ao fazer acordo com fornecedores para arcar com os valores irrisórios nos serviços prestados ao governo.

TCU e CGU investigam contratos com suspeita de "jogo de planilhas"

estratégia da Dialog despertou a atenção do procurador Marinus Marsico, do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele decidiu pedir nos próximos dias a abertura de investigação sobre contrato com o Ministério das Cidades. Na opinião do procurador, a Dialog deveria ter perdido a licitação em 2007.

"A administração pública não poderia aceitar esses valores. Vamos pedir uma investigação com base nessa planilha, que mostra preços inexequíveis", diz. Marsico diz ainda que a diferença de preços entre a proposta de 2007, nas Cidades, e agora em 2009 reforça a suspeita sobre a empresa. "É mais uma prova de que aqueles preços eram simbólicos", afirma.

Procurada pela reportagem, a CGU admitiu que a Dialog está na mira do órgão: "Os contratos da empresa estão sendo analisados." Em tese, o órgão repudia a disparidade de preços numa mesma proposta, apelidada de "jogo de planilhas".

"É a denominação utilizada para a prática ilegal de se efetivar contratação de proposta de menor preço global, mas com grandes disparidades nos preços unitários em relação ao mercado", explica a CGU.

A convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em

de junho de 2009.

Deputado Duarte Nogueira